



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Expresso de Portugal**

Publicada em 27 de julho de 2006

Jornalista: Depois de muitos meses de hesitação, o senhor decidiu finalmente recandidatar-se à Presidência da República. Foi uma decisão difícil? O fato de no ano passado o seu Governo ter sido muito afetado pelo escândalo conhecido como o “mensalão” influenciou essa decisão?

Presidente: A existência do “mensalão”, propalada pela oposição e difundida pela imprensa não foi comprovada. Apesar da enorme campanha contra o Governo, a maioria da opinião pública do país assim o entendeu e por essa razão continuou apoiando o governo e minha candidatura presidencial. Não sou partidário do instituto da reeleição. Penso que é melhor um mandato mais longo – cinco anos, por exemplo – sem direito à reeleição consecutiva. Teria preferido um outro candidato em 2006. O PT e as demais forças que apoiaram meu Governo consideraram, no entanto, que eu seria a melhor opção. Não poderia omitir-me, sobretudo por que temos de dar continuidade ao trabalho que desenvolvi nestes últimos três anos e meio.

Jornalista: O “mensalão” revelou algumas fraquezas institucionais do Brasil. Por outro lado, o seu partido, o PT, sempre teve a bandeira da ética. Como justifica o que aconteceu? Não existe aqui alguma contradição?

Presidente: A crise do ano passado revelou debilidades de nossas instituições mas também suas virtudes. A imensa maioria das denúncias surgiu de investigações realizadas pela Polícia Federal, Controladoria-Geral da União e Ministério Público. Coloca-se agora como questão central realizar uma reforma



política e eleitoral que impeça, ou reduza ao máximo, a ocorrência desses fenômenos. Uns poucos dirigentes do Partido dos Trabalhadores, à revelia das instâncias partidárias, realizaram operações ilegais para financiar a atividade partidária. Foram sancionados, ainda que não se tenha conhecimento de nenhum caso de enriquecimento pessoal. O tema da ética na política continua sendo uma preocupação fundamental.

Jornalista: Como vê a possibilidade de um segundo mandato? Quer dizer, o senhor sempre disse ser contra a reeleição, porque um segundo mandato é sempre pior do que o primeiro. Quais são as suas prioridades para um próximo mandato?

Presidente: Vejo a possibilidade de um segundo mandato no Brasil com otimismo. As condições em que encontramos o Brasil em janeiro de 2003 eram infinitamente mais difíceis do que as que o país vive hoje. A casa está arrumada. Em nenhum momento da história econômica brasileira tivemos um conjunto de fatores tão positivos e funcionando em sintonia. O Brasil vai crescer 4% este ano. A inflação está sob controle. O risco-país despencou. A taxa de juros faz uma curva descendente há meses. É a mais baixa dos últimos trinta anos e deverá continuar caindo. Estamos gerando mais de 100 mil empregos novos com carteira assinada a cada mês e o salário mínimo do trabalhador brasileiro teve aumento real de 13% este ano. Tudo isso sem deixar de lado a responsabilidade fiscal. As bases para um novo ciclo de desenvolvimento sustentável estão dadas no Brasil. Para o segundo mandato, vamos aperfeiçoar ainda mais a política econômica, melhorar a infra-estrutura, ampliar o processo de distribuição de renda que já está se dando no país e centrar foco em uma prioridade social básica: a educação.



Jornalista: Em tempos, o senhor afirmou que queria uma sociedade socialista. E hoje, considera-se um político do centro?

Presidente: Quando eu ainda era um líder sindical, certa vez me perguntaram se eu era comunista. Respondi: “Não. Sou torneiro-mecânico”. Com isso quis dizer que minha preocupação fundamental sempre foi a da participação dos trabalhadores na condução da economia e da política, Quando o PT surgiu, em 1980, tínhamos claro que as grandes alternativas de esquerda do século XX estavam em crise. O PT construiu-se como um partido de esquerda, ideologicamente pluralista, comprometido com profundas reformas estruturais e com a democracia. Esse não é o perfil de partido de centro

Jornalista: Que principais lições tira do seu mandato como Presidente? Que balanço faz? Qual foi para si o momento mais gratificante? E qual o pior?

Presidente: A principal lição é de que é possível enfrentar com êxito a tarefa de reduzir a pobreza e a exclusão social em um país de dimensões continentais como o Brasil. Pudemos aliar uma política fiscal responsável com a retomada do crescimento e com políticas sociais abrangentes e bem-sucedidas. Demonstramos ser possível reduzir nossa vulnerabilidade externa, sair da tutela do FMI em que nos haviam colocado e, ao mesmo tempo, implementar um dos maiores programas de transferência de renda do mundo ou investir na educação básica e superior de nossas crianças e jovens. Um dos momentos mais gratificantes para mim foi a constatação, no ano passado, com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), de que 4 milhões de brasileiros deixaram a linha da pobreza. Ou, mais recentemente, saber também pelos trabalhos de institutos de pesquisa sérios como o IBGE e o Datafolha, que outros 6 milhões de brasileiros migraram das classes D e E para a C. Durante o regime autoritário no Brasil, havia uma máxima que dizia que



era preciso esperar o bolo crescer para depois distribuir. Já está claro que é possível fazer o bolo crescer distribuindo renda. Sobre momentos ruins... Não sei dizer. Talvez a circunstância de ser obrigado, no governo, a tomar decisões que às vezes contrariam o nosso desejo de ir mais rápido no caminho das mudanças.. Mas é preciso paciência para que o país melhore com consistência, sem fórmulas mágicas que signifiquem retrocesso depois.

Jornalista: Fez um longo caminho, desde a sua infância ao Palácio do Planalto. Como sente e olha para esse percurso? Valeu a pena?

Presidente: Frequentemente penso no caminho que percorri até chegar aonde cheguei e nas responsabilidades e compromissos que minha origem me impõem. Sei das esperanças que foram depositadas em nós por esse povo tão maravilhoso que é o brasileiro. E sinto, cada dia, que tem valido a pena.

Jornalista: Durante a campanha presidencial de 2002, o senhor prometeu uma “revolução social”. Acha que esse objetivo foi atingido?

Presidente: Nesses três anos e meio, a estrutura social brasileira se modificou. Não apenas a pobreza diminuiu, como a desigualdade social caiu significativamente. Tenho consciência do caminho que ainda precisa ser percorrido, mas convicção absoluta de que estamos no rumo certo na construção de um país para todos e uma sociedade mais justa. Revoluções são processos que lançam novos e mais ambiciosos objetivos à nossa frente.

Jornalista: A política econômica do seu Governo foi marcada por uma continuidade do Governo anterior, até mais ortodoxa, com mais aperto fiscal. Não é uma contradição, face aos objetivos que colocara anteriormente?



Presidente: Discordo daqueles que procuram enfatizar a “continuidade” da minha política em relação à do Governo precedente. Em 2003, quando assumi a Presidência, o Brasil estava profundamente desarrumado do ponto de vista macro-econômico, além da situação de marasmo em que estava mergulhada a produção, para não falar da situação social. Tivemos de tomar medidas duras. Mas responsabilidade fiscal não é privilégio de um governo ou de outro. É condição para que um projeto de desenvolvimento nacional se viabilize. Não é correto dizer que a política econômica de nosso governo é igual à do anterior. Senão, como explicar um resultado tão diferente? De três anos e meio para cá retomamos o crescimento, ainda que em um ritmo ainda lento. Domamos a inflação, que estava crescendo. Dobramos as exportações brasileiras – apenas em 2005 nossas vendas externas aumentaram 23,1% contra 14% do resto do mundo –, quitamos a dívida externa com o FMI e o Clube de Paris e desdolarizamos o restante da dívida interna. Isso tudo em um contexto de crescimento significativo dos investimentos sociais: o Bolsa-Família, principal programa de transferência de renda do governo, teve um orçamento de 8,3 bilhões de Reais, apenas este ano, e já beneficia 11,1 milhões de famílias; a verba para compra de terras para a reforma agrária este ano vai chegar a R\$ 1,338 bilhão e o crédito para a agricultura familiar superou os R\$ 10 bilhões para a safra 2006-2007. O Brasil de hoje, econômica e socialmente, está muito à frente daquele que encontramos em 2003. O país do apagão nos anos 2001-2002 tem hoje sua segurança energética garantida.

Jornalista: Os países vizinhos do Brasil (Argentina, Venezuela) crescem a taxas bem mais altas do que o Brasil e não se espera que o Brasil acelere esse crescimento. Isto não é uma razão de inquietação? O que é que está errado? Encara tomar algumas medidas práticas para alterar essa tendência? Quais?



Presidente: A comparação é impertinente. Venezuela e Argentina tiveram brutais quedas de seus PIB. Mas é evidente que após décadas de relativa estagnação, há, sim, um imperativo em retomar as taxas históricas de crescimento da economia brasileira. Somente assim, geraremos os empregos e a renda necessários para assegurar a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros. A política econômica de meu Governo vem se dedicando a criar as condições para esse crescimento sustentável. Já avançamos muito ao reduzir drasticamente a vulnerabilidade externa, tornando o país praticamente imune às crises financeiras internacionais. A inflação está sob controle, abrindo caminho para a redução das taxas de juros que, por tanto tempo, tornaram a especulação financeira mais rentável do que o investimento produtivo. Junto com a melhora do quadro macroeconômico, estamos avançando numa ambiciosa agenda de reformas microeconômicas, como por exemplo, ampliando o acesso das populações mais pobres a crédito – um dos maiores estímulos ao crescimento. Já está havendo, e nos próximos quatro anos haverá gigantescos investimentos em infra-estrutura física e energética e na modernização de nosso parque produtivo. O caminho a frente está traçado. Precisamos é persistir nas transformações em curso para permitir ao Brasil retomar o caminho do desenvolvimento sustentável.

Jornalista: A política externa do Brasil depois da sua tomada de posse começou de forma avassaladora: luta na OMC, negociações com a União Européia, criação da Comunidade Sul-americana de Nações. O seu Governo termina aparentemente sem nada de concreto nas mãos, a não ser um reforço do Mercosul, a partir de um entendimento com a Argentina, a quem também foi preciso fazer concessões. Não sente que disparou para demasiados alvos, sem concentrar esforços?

Presidente: Não concordo com sua avaliação. Desde 2003, tivemos uma série



de avanços da maior importância. Poderia referir-me a múltiplos temas, mas vou limitar-me aos que menciona.

No âmbito da OMC, ajudamos a criar o G-20, grupo que tem como objetivo garantir que a Rodada de Doha atenda os interesses da maioria dos países em desenvolvimento. Ainda que as negociações estejam enfrentando dificuldades, é inegável que o G-20 modificou o equilíbrio de forças. Não haverá acordo com base em entendimentos apenas entre os países ricos. Hoje os países em desenvolvimento são interlocutores indispensáveis de toda e qualquer negociação comercial mundial.

Com respeito à Comunidade Sul-americana de Nações, estamos implementando essa proposta de integração regional voltada para o reforço de nossa capacidade de enfrentar os desafios da globalização. Já estamos avançando em projetos de infra-estrutura física, sobretudo no campo dos transportes e de energia, que é a base de qualquer proposta para criar um espaço econômico estruturado na região. Até o fim do ano os Presidentes devem debater um ambicioso projeto da Comunidade.

No Mercosul, retomamos os níveis anteriores de comércio e tivemos a incorporação da Venezuela, que traz nova dimensão econômica ao bloco pelo tamanho de seu mercado e pelas reservas energéticas de que dispõe. Reiteramos o compromisso comum de enfrentar nosso maior desafio: superar as assimetrias entre as economias menores e as maiores. Os entendimentos bilaterais com a Argentina são prova de nossa criatividade e do reconhecimento de que todos precisamos ser flexíveis para que o projeto dê certo. Vale notar que a rápida recuperação da economia argentina fez com que não tenha sido necessário recorrer a esse mecanismo.

Política externa não se faz somente com os olhos postos em objetivos de curto prazo. Para um país com a dimensão do Brasil e com a variedade de interesses e necessidades, a política externa tem que ser necessariamente ambiciosa e não perder de vista as metas essenciais, que são as mesmas de



nossa política interna: garantir o bem-estar da população, com desenvolvimento econômico e social para todos.

Jornalista: Índia, China, África, são prioridades marcadas da política externa econômica do seu Governo. Qual é o espaço para Portugal e a Europa?

Presidente: O aprofundamento das relações econômicas e políticas com as grandes economias em desenvolvimento, como Índia, China, Rússia e África do Sul, é uma das prioridades de nossa política externa. Mas não temos um projeto excludente. O fato de buscarmos novas parcerias e oportunidades não significa que estejamos deixando de lado nossas relações tradicionais com Portugal e com os demais países da Europa. Apesar dos fluxos comerciais com os países em desenvolvimento estarem crescendo com maior dinamismo – o que é normal, uma vez que começamos em patamares mais baixos –, as trocas com a Europa continuam aumentando. Há muito espaço para o crescimento do comércio de bens e serviços e para os investimentos entre as duas regiões, sobretudo em momento em que Brasil apresenta grande dinamismo em seu comércio exterior e inicia nova etapa de projetos de infra-estrutura. Dentro desse contexto, estamos empenhados em concluir as negociações Mercosul-UE.

Jornalista: As relações entre Portugal e Brasil são as melhores que se podem esperar de dois países ditos “irmãos”? O que tem feito o Governo brasileiro para estreitar as relações luso-brasileiras, tendo em vista que a maior comunidade estrangeira em Portugal é hoje a brasileira?

Presidente: Por muitos anos, Brasil e Portugal mantiveram relações que eu descrevo como essencialmente sentimentais, isto é, centrados quase que exclusivamente nos laços históricos e culturais que unem nossos povos.



Portugal há alguns anos vem procurando dar nova qualidade a nossa relação. Meu Governo tem se empenhado em avançar em duas vertentes cruciais. De um lado, intensificando os laços econômicos, haja vista o aumento dos investimentos de lado a lado. Em anos recentes, Portugal chegou a ser o quarto maior investidor no Brasil, valendo-se inclusive do mercado ampliado que oferece o engajamento do Brasil no processo de integração sul-americano. Ao mesmo tempo, o crescimento da presença de empresas brasileiras em Portugal mostra as amplas oportunidades para construirmos parcerias e projetos comuns.

De outro lado, na visita de Estado que fiz a Portugal, ainda no início de meu Governo, assinei acordo para regularizar em definitivo a situação de muitos brasileiros que hoje vivem em Portugal, de forma que possam continuar a contribuir para o desenvolvimento desse país. Como no passado, nossos povos devem dar um exemplo à comunidade internacional no tratamento dos migrantes e na facilitação da vida de seus cidadãos dos dois lados do Atlântico. Se não formos capazes de fazê-lo, quem será capaz?